

Katia Iris Marro*

As Lutas dos Desempregados na Argentina

Resumo: Este artigo aborda pesquisa sobre alguns elementos do significado político-social das lutas dos trabalhadores desempregados na Argentina que, como expressão de um “novo” quadro histórico aberto a partir da ofensiva do capital pela desestruturação do trabalho – contrarreformas econômicas e político-sociais que se consolidam a partir da década de 1990 –, evidenciam um momento de redefinição da identidade de luta das classes subalternas. Nessa direção, o artigo conclui que ao tempo em que esses sujeitos mostraram traços de resistência na configuração da “questão social”, ensaiaram episódicas – porém importantes – tentativas de reconstrução da iniciativa autônoma na experiência histórica das classes subalternas.

Palavras-chave: Movimentos de trabalhadores desempregados; classes subalternas; luta de classes.

Abstract: The article discusses at what extent the workers resistance to unemployment could create new identities for subordinated classes and promote autonomous tactics on conducting class struggle.

Keywords: Unemployed workers movement; subordinated classes; class struggle.

“A história dos grupos subalternos é necessariamente desagregada e episódica [...] todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador integral”
GRAMSCI (2002, p.135)

Introdução

Este artigo apresenta algumas reflexões que integram a pesquisa que realizamos como parte dos nossos estudos de doutorado, cujo objetivo geral foi a compreensão do *significado político-social das lutas dos desempregados* à luz das profundas

*Licenciada em Trabalho Social pela Universidade Nacional de Rosário (UNR, Argentina). Mestre e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Curso de Serviço Social do Polo Universitário de Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense (UFF). Endereço postal: Polo Universitário de Rio das Ostras (UFF), Rua Recife s/n, Jardim Bela Vista, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Cep: 28.890-000. Endereço eletrônico: katiamarro@gmail.com

transformações históricas que se evidenciam na realidade argentina, fundamentalmente a partir da década de 1990. Nesta tese destacamos especialmente o papel potencial desses sujeitos na constituição de alguns traços de iniciativa autônoma na experiência histórica das classes subalternas, assim como o seu protagonismo na explicitação, a partir desses processos de luta, das expressões de uma “questão social” que é profundamente redimensionada por aquelas mudanças. A referência histórico-concreta dessa problematização, que abarca o período compreendido entre os finais da década de 1990 e os anos posteriores à crise de 2001-2002, recupera algumas experiências que integraram, primeiro, a Coordenadoria de Trabalhadores Desempregados Aníbal Verón, e posteriormente, a Frente Popular Dario Santillán¹.

O percurso teórico-metodológico escolhido recolhe em Gramsci algumas chaves analíticas para a compreensão do ritmo de movimentação das classes subalternas – nos seus traços espontâneos ou nos momentos mais orgânicos –, buscando analisar os movimentos de desempregados, nos marcos de um “mapa” maior das lutas de classe que se delineiam na Argentina da década de 1990. Nesse sentido, recuperamos os debates acerca das próprias experiências protagonizadas, assim como buscamos sistematizar as leituras acerca do padrão de intervenção social do Estado que foi se estruturando ao “calor” da politização das condições de desemprego de amplas massas trabalhadoras. As fontes de pesquisa empírica consistiram em entrevistas com lideranças dos trabalhadores e publicações, cartilhas e jornais dos movimentos dos desempregados. A documentação impressa foi analisada como expressão dos esforços concretos de esclarecimento teórico-político desses sujeitos políticos. Em termos metodológicos a recuperação da “voz” dos movimentos foi central para mostrar sua prática de “desnudar” – talvez sem plena consciência – a intervenção regressiva e repressiva do Estado nessa realidade².

Sobre o Significado Histórico dos Movimentos dos Trabalhadores Desempregados

Para compreendermos o significado histórico da luta dos desempregados, devemos resgatar, ainda que de forma sintética, algumas determinações que configuram, para a realidade argentina da década de 1990, um “novo” quadro histórico profundamente regressivo, se comparado a certas conquistas civilizatórias já atingidas por essa sociedade. Falamos do momento histórico de tentativas do capital de recuperação da crise de acumulação e dominação burguesa que se manifesta desde meados da década de 1970 e que adquire um viés claramente destrutivo. Tanto a ditadura militar de 1976 (nos seus componentes de “pronta” financeirização ou de eliminação dos núcleos classistas de contestação do trabalho), quanto a radi-

¹ O período tratado na pesquisa compreende desde o momento de aparição das primeiras rebeliões que contaram com a atuação dos trabalhadores desempregados (Cutral-Có e Plaza Huinca, Neuquén, em junho de 1996 e abril de 1997; Tartagal e General Mosconi, Salta, em maio de 1997; Jujuy em maio de 1997), sua constituição como um heterogêneo sujeito de dimensões nacionais em 2000-2001, até seus desdobramentos (marcados na dinâmica do refluxo) na conjuntura de recomposição do domínio de classes que se delineia, mais claramente desde 2003.

² Para maiores aprofundamentos pode-se consultar nossa tese de doutoramento intitulada “A rebelião dos que ‘sobram’: reflexões sobre a organização dos trabalhadores desempregados e os mecanismos socioassistenciais de contrainsurgência na Argentina contemporânea” (MARRO, 2009).

calidade predadora da convertibilidade do período *menemista* que veio depois, constituem o quadro histórico que encena uma redefinição profunda da estrutura econômica e das relações de força entre as classes sociais.

Visto que a radical ofensiva pela erosão do estatuto do trabalho desse processo comporta traços materiais e ideopolíticos, propomos compreender a dinâmica do atual padrão de acumulação capitalista que se configura como resposta. A expansão do capital financeiro e a significativa reestruturação das relações de produção que se observam mais claramente na Argentina da década de 1990³ foram dispositivos centrais na estruturação de um novo regime de exploração do trabalho, onde ganham importância crescente métodos de extração de mais-valia absoluta e de superexploração da força de trabalho, necessários para manter o alto “custo” da convertibilidade.

Nesse sentido, a partir das medidas de flexibilização do trabalho inauguradas em 1991, observa-se a depreciação do valor da força de trabalho, a redução das indenizações por demissões, a multiplicação de contratos temporários, o aumento da intensidade e a polivalência do trabalho, a crescente desproteção e redução das garantias sociais, que teriam como consequência uma *profunda desorganização do trabalho*. Inauguram o novo século índices de informalidade que rondam 50% da população economicamente ativa (PEA), a *produção de um contingente inédito de massas supérfluas* para as necessidades de acumulação capitalista, consolidando transformações de longo alcance. No “auge” da crise, o desemprego atinge taxas inéditas, próximas de 22%; e se contabilizarmos as taxas de subemprego nesse período pode-se afirmar que 40% da PEA enfrentaria problemas de emprego! Dessa forma, entre 1998 e maio de 2002, o desemprego se expandiu 74,2%, os salários reais caíram 23,7%, a pobreza cresceu mais de 60% e a indigência aumentou 180% (LOZANO, 2002).

É neste contexto que devem ser compreendidos os movimentos de desempregados. Suas lutas se expandem na segunda metade da década de 1990, como parte de um contexto maior de movimentação que floresce nas brechas do processo de precarização do vínculo representativo com as classes dominantes – decorrente do consenso passivo que ganha expressão através do empobrecimento da vida política, do esvaziamento e da precarização dos instrumentos eleitorais; o que ficou conhecido como orientação para a “pequena política”. Ao mesmo tempo que evidencia os rebatimentos da substantiva erosão do trabalho na organização

³ No contexto da desregulamentação da relação capital/trabalho, desindustrialização e transnacionalização da economia, com orientação ao mercado externo nos marcos da reposição do papel subalterno desse país no mercado internacional, envolvendo reestruturação produtiva e privatização da estrutura pública. Para se ter ideia desse quadro geral de reconfigurações é preciso que se diga que em 1990 foram passadas ao setor privado as empresas de telefonia (Entel) e de aeronavegação (Aerolíneas Argentinas); os ativos petrolíferos foram em 1991 e 1992 (YPF em 1993); as empresas de eletricidade e gás em 1992; a siderúrgica estatal (Somisa) em 1992. Para 1994, a maior parte das empresas de propriedade estatal que produziam bens ou serviços tinham sido vendidas (em condições monopólicas e sem um marco de regulação), utilizando também mecanismos de concessão de ferrovias, portos, estradas, água e esgoto, canais de televisão e rádio. É importante mencionar que o capital estrangeiro aumentou consideravelmente sua presença na economia argentina, sendo o núcleo central do processo de privatização: do total do ingressado por privatizações de empresas estatais 33% correspondeu a grupos econômicos locais (associados na sua maioria com capitais estrangeiros) e 57,4% a capitais estrangeiros (PERALTA RAMOS, 2007, p. 322).

das massas trabalhadoras, participa da gestação de um ambiente de contestação que alimenta a crise de hegemonia que se manifesta abertamente no final de 2001, desafiando os mecanismos transformistas de dominação privilegiados por essas classes dominantes. Assim, é possível resgatar “imagens” de diferentes rebeliões que se sucedem no interior do país a partir da segunda metade da década de 1990, nas quais pode-se observar o surgimento de um novo sujeito que alcança rápido protagonismo na estruturação dos protestos da época: são os desempregados que desnudam uma expressão da “questão social” de difícil resolução, para a qual inexistem mecanismos estruturados de intervenção pública. É importante notar a evolução dessas rebeliões que “explodem” no interior do país – nos referimos aos episódios de 1996 e 1997 nas províncias de Neuquén, Salta e Jujuy – para a consolidação de experiências organizativas dos desempregados, com destaque para aquelas que deslocam o foco do conflito para o centro urbano do país – os movimentos de trabalhadores desempregados – MTDs da periferia de Buenos Aires que se multiplicam a partir do final da década –, alcançando inclusive proporções nacionais.

As primeiras expressões do enfrentamento social estatal às lutas dos desempregados se observam em resposta a essa rebeliões do interior do país, até ganhar contornos mais sistemáticos nos programas sociais de assistência ao desemprego que se estruturam desde o final da década de 1990 para conter o movimento de dimensões nacionais. Inaugurando o novo século, sua versão mais acabada, o “*Programa Jefes y Jefas de Hogar Desocupados*” (PJJHD) que em 2002 unifica nacionalmente a resposta assistencial contra o desemprego, acompanhada de uma intervenção repressiva contundente – o Massacre da Ponte Pueyrredón. Essas são as vias privilegiadas pelas classes dominantes para “conter” a irradiação potencial das lutas dos trabalhadores desempregados para outros segmentos das classes subalternas nos marcos da recomposição da autoridade estatal ameaçada pela crise de hegemonia. Nesse movimento de apagar os traços de resistência presentes nas expressões da “questão social”, torna-se necessário ressituar a gestão da política social nos desafiados marcos institucionais, para, posteriormente, empreender uma reorganização dos benefícios assistenciais em outros marcos programáticos (como no governo de Kirchner 2003-2007), ainda que sem alterar as principais orientações regressivas da política social que se delineiam a partir da década passada.

Assim, a consolidação de um padrão social de assistencialização do desemprego das massas trabalhadoras não apenas resulta funcional às mudanças qualitativas no regime de exploração da atual dinâmica de acumulação capitalista – com um novo patamar de empobrecimento, desemprego e “informalização” da força de trabalho –, como também desenha um perfil de política social que ganha claros contornos de contrainsurgência para evitar qualquer cenário de contestação político-social. É a afirmação de um traço de contrainsurgência na política social posto que se vê chamada a responder à insubordinação das classes subalternas, muito embora as medidas não possibilitem garantias de medidas mais sistemáticas que incidam progressivamente na atual dinâmica de exploração do trabalho.

Na verdade, é a “dialética do conflito” que se configura entre essa modalidade socioestatal de enfrentamento da “questão social” e as contraditórias tentativas dos trabalhadores desempregados para politizar suas condições de vida (e a ausência

do trabalho). Decorre daí a reabertura, na sociedade Argentina, de um horizonte de abordagem dos direitos sociais desde os processos coletivos de luta e organização das massas trabalhadoras. É certo que essa movimentação não seria suficiente para provocar uma alteração substancial das relações de força entre Estado e grupos subalternos – a “fugaz” disputa da orientação social dos recursos públicos retratada na conquista da “autonomia” na administração dos programas sociais por parte dos desempregados⁴ não consegue materializar uma nova institucionalidade (por exemplo, um perfil mais progressivo de política social ou mecanismos mais contundentes de redistribuição social). Assim, foi de uma importância épica (ainda que “fugaz”) a irrupção dos desempregados que, ao buscar reorganizar esses programas sociais desde os processos coletivos de luta e resistência – contestando o desígnio que reduzia os trabalhadores a “pobres” objetos passivos de políticas sociais residuais, na contramão das tendências de descidadanização e dissolução intraclasse. E, nesse processo, desnudou as regressivas estratégias socioassistenciais de controle e manipulação dessas massas supérfluas, ensaiando experiências auto-organizativas de agregação territorial e abrindo um cenário de politização – talvez sem plena consciência dessa importância – dos debates sociais sobre os modos privilegiados de enfrentamento da “questão social” pelas classes dominantes.

A) O Potencial Contestatório das Formas Organizativas

Poderíamos pensar, junto com Dinerstein (2003), que *as lutas dos trabalhadores desempregados reatualizaram os antagonismos que produzem a luta de classes*, pois ela não supõe apenas uma luta do capital para explorar o trabalho no nível da produção. Envolve ainda a luta do capital para obrigar o trabalho a existir sob diversas formas, expressando uma mercantilização universal das relações sociais, e uma luta do trabalho por resistir e transcendê-las. Esse antagonismo se tenciona entre um processo de expropriação permanente dos trabalhadores e uma luta pela constituição da classe como processo histórico e cultural de resistência.

Se a produção do desemprego não é “externa” à relação do capital – porque determina formas de existência nos marcos da produção capitalista do valor, relação que não admite “externalidade” –, a luta dos desempregados desnuda a unilateralidade de noções como “exclusão social”, ao permitir-nos entendê-la como uma luta contra uma forma particular de exploração e de intensificação da subsunção real do trabalho (o desemprego). Ainda que estejamos falando de populações supérfluas desde o ponto de vista da valorização do capital, essa “condição excedentária” é também uma forma de existência do trabalho explorado.

É importante resgatar a existência de experiências como as que se aglutinaram no início do novo século na Coordenadoria de Trabalhadores Desempregados Aníbal Verón, onde mais que uma crítica ao desemprego, se ensaiava uma crítica ao trabalho capitalista e às formas de existência que nele se produzem; daí sua potência (ainda

⁴ Estima-se que dos 2.000.000 milhões de beneficiários atingidos pelo PJJHD em 2003, em torno de 10% teriam alguma relação com as experiências de organização dos diversos movimentos de desempregados que proliferavam no país (SVAMPA & PEREYRA, 2003).

que “episódica”) para evidenciar os fundamentos históricos antagônicos que produzem a “questão social” e os traços de resistência presentes nas suas expressões. A condução de lutas que não se reduzem a uma demanda de “reinclusão” em uma sociedade que experimentava um processo de destruição de parâmetros de proteção social outrora conquistados – enfrentando inclusive a “heresia”, culpada de negar “a centralidade da classe operária” – questionava as noções em voga de “excluídos” ou “pobres”; noções que obscurecem a exploração e dominação de classes, deixando em penumbras as experiências de classe precedentes que alimentaram essas lutas, assim como contribuindo com a fragmentação das classes subalternas.

Os *bloqueios de estradas*, acionados por trabalhadores supernumerários que substituíram o “perdido” chão da fábrica e o sindicato pela *organização territorial*, buscando interferir em algumas vias do circuito de valorização do capital – através da interrupção da circulação –, expressaram processos subjetivos de constituição organizativa das classes subalternas que desafiaram sua aparente “autoexpansão” e “independência” do trabalho. Falamos de lutas que, em face dessa aparente “invisibilidade” do processo de produção de valor que constitui o capital – referimos-nos à desindustrialização e expansão do capital financeiro com certa “independência” aparente da exploração do trabalho –, permitem-nos entender o desemprego como uma forma de existência do trabalho explorado. E essa situação buscou ser contestada pela luta de trabalhadores desempregados – historicamente compreendidos como “sujeitos residuais” – que, através dos bloqueios de estradas, ensaiaram instrumentos organizativos que repõem o confronto de classes sobre novas condições histórico-sociais. Assim o relatam as palavras dos militantes do MTD Aníbal Verón, ao referir-se à potencialidade de uma luta que, em face do desemprego, desloca o eixo do conflito das fábricas às estradas:

A perda de conquistas históricas da classe trabalhadora e a expulsão de mão de obra supérflua, fruto da precarização trabalhista, converteram os desempregados já não em um *exército de reserva*, mas em uma *população excedente* [...]. Se antes, na fábrica, buscava-se paralisar a produção, agora, no território, busca-se interromper a livre-circulação das mercadorias, com a mesma intenção de golpear o capitalismo onde mais lhe doe (MTD ANÍBAL VERÓN, 2003, p. 149; *tradução nossa e grifos no original*).

Reatualizando a relação histórica da classe trabalhadora com o território – lembremos que as greves e ocupações de fábricas são formas organizativas potentes que surgem quando o capital fixa a classe em um território (seja nas fábricas, seja nos bairros operários que funcionavam como espaços de construção de sociabilidade e identidade de classe) –, os movimentos de desempregados recriaram formas atuais e renovadas de habitá-lo desde processos de luta e resistência. Quando o capital desterritorializa a produção, a luta piquetera “volta” ao território, interrompendo sua hipertrofiada “sede” de circulação. São processos de luta que nos permitem compreender que o desemprego implica, antes que uma suposta “independência”

do capital frente ao trabalho, uma redefinição do tempo e do espaço da exploração, confrontada criativamente nos bloqueios protagonizados pelos desempregados.

O bloqueio de estradas expressou uma forma de obstaculizar a fluidez do capital onde o capital existe, e onde obriga ao trabalho a existir, isto é, “fora da fábrica”. O piquete questionou as regularidades, as definições e usos do tempo social que o capital impõe, daí que seja “uma das formas de deter o tempo de rotação da matéria (mercadorias), um pau na roda do capital”, nas palavras de Mazzeo (2004, p. 108; *tradução nossa*)⁵. Falamos de métodos de luta que desafiaram os mandatos imperativos do capital, já que a exclusão do trabalhador do nível da produção não inabilita a experiência subjetiva contraditória da forma mercantilizada da existência e a possibilidade da sua negação (MACEIRA & SPALTENBERG, 2001; DINERSTEIN, 2003; ZIBECCHI, 2003).

Devemos pensar que é com a crise da institucionalidade burguesa e a precarização do vínculo de representação com as classes dominantes que se observa, no final da década de 1990, que o uso defensivo da força e da ação direta ganham paulatinamente legitimidade entre as classes subalternas. As rebeliões espontâneas no interior da Argentina, frente às intervenções repressivas das forças policiais como mecanismo privilegiado pelo Estado no enfrentamento do conflito social – em localidades como Neuquén, Salta e Corrientes –, assinalam não só o repúdio desses métodos em uma sociedade que viveu uma das ditaduras mais sangrentas da América Latina, mas também a crescente legitimidade da ação direta e da luta social nos marcos da profunda crise de hegemonia que se avizinhava.

Portanto, o bloqueio é um método de luta e *ação direta* que ganha sentido para segmentos de classe expulsos do mundo da produção e dos canais de mediação política clássicos, assim como um mecanismo de exposição pública de uma outra territorialidade de classe, disputada e construída nos bairros da periferia urbana. O “piquete” abriu espaços de encontro entre diversos sujeitos (estudantes, desempregados, professores, trabalhadores fabris, indígenas), evidenciando sua capacidade de refletir universalmente diversas experiências de subalternidade. Os rostos cobertos para garantir a própria segurança dos piqueteros deram “visibilidade aos rostos de fome, miséria e morte, antes invisíveis para os governantes” (VARELA, 2002; *tradução nossa*), nas palavras de uma militante.

A fusão entre *piquete e luta territorial* em experiências como as dos MTDs da Coordenadoria Aníbal Verón, evidenciou tentativas organizativas de disputa de classe que confrontaram com as práticas repressivas e subalternizantes dos “caudilhos”⁶ do Partido Justicialista (PJ). Não por acaso, esses MTDs da zona sul de Buenos Aires cresceram em territórios que foram históricos bastiões políticos do

⁵ Nosso autor se pergunta, lucidamente: “algum automobilista terá pensado alguma vez que o que determina sua ‘perda de tempo’ é um tipo de regime do tempo social imposto pelo capital [...], regime que governa sua existência e mata sua vontade?” (MAZZEO, 2004, p. 107; *tradução nossa*).

⁶ Nos referimos à estrutura clientelista (que inclusive se torna repressiva, quando começam a “florescer” as práticas mais autônomas dos desempregados nos bairros urbanos periféricos) que cresce nas “sombras” do Partido Justicialista ao longo da década de 1990 como um dos mecanismos para conter o empobrecimento massivo das massas trabalhadoras.

peronismo, como Quilmes, Florêncio Varela, Esteban Echeverria, Almirante Brown, Guernica, Lomas de Zamora.

Vale a pena lembrar que os piquetes e a transformação do território em baluartes dos trabalhadores não são experiências inéditas na história de organização da classe no mundo, o que fica claro se nos remetermos aos conselhos operários e sociais como organismos que agregam territorialmente à organização do poder proletário. Com base nessas experiências, Gramsci afirmava, em 1919:

[...] a vida social da classe trabalhadora é rica em instituições, articula-se em múltiplas atividades. [...] As fábricas, com suas comissões internas, os círculos socialistas, as comunidades camponesas, são centros de vida proletária nos quais é preciso trabalhar diretamente. [...] O comitê de bairro deveria ser a emanção de *toda a classe trabalhadora* que habita o bairro [...]. Um tal sistema de democracia operária (complementado por organizações equivalentes de camponeses), daria uma forma e uma disciplina permanente às massas, seria uma magnífica escola de experimentação política e administrativa [...] far-se-ia com que a massa se tornasse mais preparada e capacitada para o exercício do poder [...] (GRAMSCI, 2004, p. 247-248-249, *grifos no original*).

Na experiência argentina, Almeyra (2004) recupera diversas tentativas de confluência entre bairros e fábricas. Falamos das coordenadorias de desempregados na crise de 1929, a partir das quais as operárias organizavam refeições e assistência solidária na periferia de Buenos Aires; dos piquetes e greves gerais do ano 1936, onde confluíam vizinhos e trabalhadores ao calor dos acontecimentos mundiais; das greves gerais de 1955, apoiadas por bairros operários, nos marcos da criação de experiências de auto-organização e questionamento das burocráticas lideranças sindicais; das alianças entre operários, vizinhos e estudantes que se fundiram nas ruas e bairros do Cordobaço de 1969; das coordenadorias interfabris de comissões internas de 1973, listas sindicais democráticas e ativistas antiburocráticos que se auto-organizavam e organizavam as alianças entre fábricas e bairros.

Portanto, não podemos deixar de reconhecer a importância massiva e a recorrência que ganharam os piquetes e a luta territorial com os movimentos de desempregados. É claro que o território disputado já não é o bairro operário da outrora periferia industrial, centrado na fábrica e no acesso aos serviços sociais que essa forma possibilitava, sintetizada na ideia gramsciana da “hegemonia nasce da fábrica”. Tratava-se, agora, de um território muito mais caracterizado pela desindustrialização, desemprego e falta de serviços básicos, assinalando o caráter “supérfluo” da população que os habita. Daí que essa territorialização do movimento social seja expressão das profundas transformações na identidade das classes subalternas e de uma busca, nas experiências mais radicais, por reatualizar os mecanismos de luta e confrontação com o capital. Não por acaso, os desempregados reivindicaram um legado histórico de luta e resistência que os levou a afirmar, nas palavras do MTD de La Matanza:

Não podíamos deixar de reconhecer que éramos filhos da Semana Trágica, da Patagônia Rebelde, do Cordobaço e da Resistência Peronista, das lutas das organizações da década de setenta, do compromisso de nossos trinta mil desaparecidos (FLORES, 2005, p.21, *tradução nossa*).

A disputa territorial dos MTDs contra o clientelismo acionado pelos “caudilhos” duhaldistas⁷ que atuavam nessas regiões – expressão da dispersão da classe operária e da fraqueza da hegemonia burguesa, substitutos degradados da burocracia sindical em tempos de “hegemonia transformista” – significou a confrontação com mecanismos políticos de administração e controle dessa população supérflua (e da própria “questão social”), centrais na passivização das suas lutas (MAZZEO, 2004).

Da mesma forma que outros movimentos da América Latina contemporânea, as experiências que trazemos foram responsáveis por uma reatualização da luta e do legado histórico anticapitalista, provocando, inclusive, importantes questionamentos na cultura política de esquerda. Assim, evidenciamos na pesquisa que luta e vida cotidiana se fundem para tornar o território âmbito de disputa e construção de experiência de classe, espaço de ensaio de novos valores e relações sociais. Segundo as palavras de militantes do MTD Aníbal Verón:

Construímos poder quando avançamos na mudança das relações humanas, sociais e políticas, quando conquistamos melhores condições de vida, e quando cresce a capacidade de luta e organização do povo [...]. O poder popular se constrói a partir das bases e nas bases, com democracia e participação consciente, com relações que prefigurem a sociedade que ansiamos⁸.

Talvez possamos pensar que esses movimentos de desempregados – seus ensaios, suas tentativas episódicas – foram expressão de um espaço político-ideológico criado pelas classes subalternas em diálogo com alguns limites/dilemas históricos da esquerda partidária e tradicional argentina, ainda que esse “acerto de contas” não saldado contenha inúmeras contradições e problemas. Depois de tudo, as lutas sociais e revolucionárias que marcaram outras épocas históricas se fundiram na vida cotidiana, desafiando as separações alienantes da vida burguesa – entre aqueles que “pensam” e aqueles que “fazem”; entre a militância e a vida cotidiana,

⁷ Refere-se à estrutura clientelista territorial vinculada a Duhalde, figura destacada na política *menemista*, governador da província de Buenos Aires na década de 1990 pelo Partido Justicialista, tornando-se finalmente presidente da República no contexto da destituição política do presidente De La Rúa em dezembro de 2001. É durante a presidência de Duhalde que se desenvolve a ofensiva repressiva mais contundente contra as organizações de desempregados em junho de 2002 (conhecida como o Massacre da Ponte Pueyrredón), onde as forças repressivas assassinam dois militantes numa massiva jornada de luta e corte dos acessos à Capital Federal que aglutinou boa parte do leque das organizações piqueteras.

⁸ Integrantes do MTD Aníbal Verón (*in* www.lahaine.org, junho de 2003; *tradução nossa*).

entre vida social e a instituição política –, assumindo o desafio – inacabado – de transcender a partir da criação de novas relações e vínculos de sociabilidade. Daí que, para lutadores como Guevara, a tarefa suprema da revolução fosse a criação do *Homem Novo* – humanidade plena e rica vinculada conscientemente ao ser genérico.

O acento posto na construção de novos valores e vínculos de sociabilidade na contramão da aniquilação político-subjetiva que a realidade argentina representava talvez seja uma das principais características desses movimentos, que implicaram, a partir das suas lutas, o enfrentamento de perversos mecanismos de des-subjetivação das classes subalternas. O movimento que permitiu a passagem de “pobre” – ator passivo das redes clientelistas e repressivas enquanto mecanismos de disciplinamento e intervenção do Estado em face da “questão social” – a trabalhador desempregado organizado, apostando na reconstrução de uma sociabilidade ativa desde os processos de luta e organização coletiva, desafiando, assim, os efeitos do desemprego como mecanismo disciplinador da classe trabalhadora. Dessa forma, cumpriram um papel de desfetichização da realidade social a respeito do vínculo assistencialista que mediava o acesso aos programas sociais para esses setores de classe e da naturalização da desigualdade social e o desemprego que caracterizaram a Argentina de fim do século. As tentativas pela criação de vínculos de compromisso coletivo e militante, na contramão dos vínculos clientelistas, expressaram uma subjetividade ativa que se reclama reconstrutora de espaços públicos, que se apropria da sua negada capacidade de “produzir”. Daí que seu significado histórico possa ser compreendido como parte dos ensaios da classe de uma cultura política e organizacional na contramão desses vínculos de passivização subalternizantes, onde nomes de trabalhadores e lutadores anônimos assassinados pelas forças repressivas iriam embandeirando as construções coletivas das classes subalternas. Movimento Teresa Rodriguez, MTD Aníbal Verón, Biblioteca Popular Pocho Lepratti, Frente Popular Darío Santillán, são alguns exemplos da grandeza desses sujeitos anônimos que lutaram de forma silenciosa.

Seus princípios e formas organizativas trouxeram debates em torno da autonomia e da autogestão, da horizontalidade e da democracia direta, do trabalho de base e da ação direta, elementos que buscavam fazer da própria vida organizativa um ensaio da nova sociedade e sociabilidade que se pretende construir. Nas próprias palavras do MTD Aníbal Verón,

O poder popular se constrói desde baixo, no trabalho de organização de base. Não é suficiente “mobilizar as massas”, nem caudilhos que “representem às bases”: para que o povo seja protagonista do seu destino, tem que estar organizado e consciente dos seus direitos [...]. Existem aspectos da mudança que aspiramos a conquistar que começam hoje mesmo e estão ao alcance das nossas mãos. Por isso as práticas solidárias, a organização democrática e participativa, a formação e o estudo como elemento fundamental dessa participação consciente (MTD ANÍBAL VERÓN, 2003, p. 151; *tradução nossa*).

O desafio da construção de organizações não simétricas ao capital⁹ ou à disciplina do trabalho burguês é também o desafio da construção de massas, de uma sólida força social capaz de produzir subjetividades militantes muito mais orientadas para a “autodeterminação” que para a “obediência”. Não por acaso, tanto nestas experiências, quanto no movimento Zapatista – fundamentalmente a partir dos Caracoles, municípios autônomos em rebeldia – bem como em outros movimentos indígenas da América Latina, observamos tentativas que aspiram à construção de mandatos imperativos e revogáveis, lideranças rotativas, coletivas e descentralizadas, funções de liderança ao serviço do movimento, e instrumentos políticos e organizativos não separados da vida cotidiana do coletivo. Salvando as devidas distâncias históricas, poderíamos pensar que, aqui, são reeditados debates já presentes na experiência organizativa das classes subalternas, como na Comuna de Paris que pretendia ser, ela mesma, um modelo da nova sociedade, modelo de poder democrático, flexível, descentralizado e com funções revogáveis – a “autoadministração dos produtores”, ou um “regime de autonomia local”, nas palavras de Marx (1980).

Alimentados por princípios como horizontalidade, democracia de base, democracia direta, rotação de funções e representações, os vínculos organizativos e as referências que esses movimentos pretenderam construir buscavam motivar e potencializar o compromisso, no sentido de garantir processos coletivos de discussão, maturação e decisão: daí que muitas das suas assembleias deixassem de ser órgãos de aprovação, e comesçassem a funcionar como espaços centrais de análise e tomada de decisões. Confrontando as práticas de subordinação e dominação vigentes dos caudilhos do partido da ordem, seus debates expressaram uma intensa preocupação pela construção coletiva da direção do movimento, sua construção cotidiana e suas medidas de luta, onde os referentes deveriam cumprir funções de serviço ao coletivo, no melhor estilo da democracia zapatista retratada no “mandamos obedecendo”.

As visões renovadas dos processos de transformação que perpassaram seus debates político-organizativos – preocupados pela instrumentalização das lutas, que subestimaria os processos de construção de hegemonia social, a sua burocratização e reprodução de hierarquias subalternizantes em detrimento de espaços flexíveis, facilitadores da massificação – se relacionam com a busca de novos perfis de militância. Perfis que não reproduzissem as relações de poder próprias da divisão da sociedade em classes; que fossem considerados na sua singularidade, mas não coagulados no seu individualismo; que fossem livres, mas respeitando os acordos coletivos; *solidários e não assistencialistas*; potenciadores da transformação, e não apenas “administradores eficientes” das necessidades materiais das classes subalternas (SEMERARO *in* COUTINHO & TEIXEIRA, 2003).

.....
⁹ Na leitura dos movimentos atuais da América Latina, Zibechi (2003 e 2006) tem desenvolvido uma leitura criativa dessa tentativa de criação de organizações não simétricas ao Estado e ao capital, não reprodutoras de “divisões tayloristas”. Autores tão diversos como Holloway (2002), Mészáros (2003), Mazzeo (2004), também levantam questões nessa direção em diálogo com as experiências históricas da esquerda.

O diálogo crítico com situações históricas nas quais o movimento teria sucumbido na instrumentalização das suas lutas, reproduzindo nas suas organizações elementos das próprias estruturas capitalistas que se combatem – hierarquias coaguladas, divisão entre “aqueles que pensam” e “aqueles que fazem” –, tornando-se limitadas para a construção de relações sociais não capitalistas, perpassou esses debates. Nesse sentido, mais que uma polarização entre “métodos autoafirmativos” e “lógicas do enfrentamento” – onde a prioridade da necessidade de construção de novas relações sociais se sobreporia aos movimentos de ofensiva de um novo poder político –, como propõem as análises de Zibechi (2003) e Colectivo Situaciones (2002), parece-nos que a tensão que esses debates assinalaram pode ser elucidada com os aportes que faz Guevara (1986) ao tratar do desafio da passagem do “*revolucionário*” (e do momento da batalha) para o “*construtor do socialismo*”, dissolvendo a confrontação e a destruição da velha ordem na “criação heroica” de novas relações sociais. Parece-nos que é isso o que está em jogo quando o EZLN afirma sua constituição como “*soldados para que não se tenham mais soldados*”, quer dizer, a difícil tarefa de defender com a “força” modos de vida que se pretendem novos – como os Municípios autônomos em rebeldia –, sem que isso signifique combater com as mesmas “armas” do capital. Também os movimentos de ofensiva do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Brasileiro (na ocupação do latifúndio improdutivo) estão sempre na tentativa de tornar assentamentos e acampamentos laboratórios de experimentação da classe e de construção de novas relações sociais.

Mais que uma “promessa distante de justiça”, o que está posto é o desafio da construção e da luta cotidiana, sendo o trabalho de base um suporte fundamental do novo projeto histórico de sociedade, assim como o “chamado” ou “convite” a outros sujeitos sociais – porque também existe uma contundente crítica à vanguarda – desde suas diversas condições de luta e organização.

B) Os Esforços de Autorreflexão sobre Autonomia e Autogestão

O debate em torno do problema da *autonomia* e da *auto-organização* também se fez presente nas experiências que trazemos nesse texto, inclusive reeditando debates históricos da organização da classe. Devemos partir afirmando que, entendemos com Gramsci, que a necessidade das classes subalternas de obter uma “consciência histórico-autônoma”, ou a afirmação de uma “autonomia integral”, é também a possibilidade da sua unificação num projeto contra-hegemônico: autonomia de classe, de visão de mundo, de estruturas político-organizativas próprias, *capacidade de separação das classes dominantes e de unificação em torno de si* (GRAMSCI, 2001, p. 52; 2002, p. 140).

Sem intenções de esgotar a complexidade de um debate que demandaria um profundo percurso histórico-analítico, propomos uma reflexão que traga alguns elementos e tensões que se fizeram presentes na experiência desses movimentos, que seria retratada, anos depois, por um militante dos MTDs, como “*nova esquerda autônoma*” (PACHECO, 2007). A ideia geral que compartilharam os movimentos de desempregados que se reivindicaram “autônomos” nos primeiros anos do novo século fazia referência à autonomia das classes subalternas com respeito às classes dominantes, a autonomia frente ao capital e ao Estado, a autonomia dos partidos,

sindicatos e igrejas (MAZZEO, 2004, p. 66). Nos marcos da própria experiência do MTD Aníbal Verón, que, a partir de 2003, sofreria significativas rupturas, conviveram diversas interpretações da questão da autonomia: “como uma aposta de construção de um pensamento e uma prática em função da horizontalidade”, como “necessidade de construir um poder popular sustentado na democracia de base”, ou ainda como “independência de classe” e reivindicação de organizações “classistas e anti-imperialistas, no caminho de ir criando a ferramenta política própria da classe trabalhadora para enfrentar e derrotar definitivamente a classe capitalista, e construir um governo dos trabalhadores” (MTD ANÍBAL VERÓN, 2003, p. 151; *tradução nossa*).

Dentro da primeira interpretação, podemos trazer as palavras de experiências como o MTD de Solano, para o qual “não se constrói autonomia somente arrancando reivindicações ao governo através da luta. Um dos elementos fundamentais na construção de autonomia poderia ser a *autogestão*”¹⁰. Ou seja, a “autonomia enquanto projeto político de liberação vai se construindo a partir de *práticas baseadas em novas relações sociais* que têm como horizonte um novo mundo radicalmente oposto ao capitalismo”¹¹. “A autonomia não é simplesmente econômica, a *autonomia é ideológica*, tem que ser ideológica. De nada serve ter autonomia política e econômica quando ideologicamente continuo pertencendo ao sistema”¹². Em relação a segunda interpretação, podemos recorrer às palavras de outras experiências: “entendemos por autonomia a capacidade que temos, enquanto povo, para nos organizar e ‘nos dirigir’ por nós mesmos”¹³.

Profundamente relacionados com os debates do movimento social latino-americano, temos aqui diversas dimensões da autonomia, que estarão permanentemente em disputa e tensão com as tentativas das classes dominantes para tirar-lhe qualquer componente crítico e de contestação. Assim, para as classes subalternas, a necessidade da autonomia remete não só a uma distância crítica com respeito às visões de mundo e os organismos sociopolíticos das classes dominantes – a autonomia ideológica e material de classe da qual falam os MTDs –, ela também implica a assunção das decisões e capacidades de produção da própria vida social, muitas delas alienadas pela dinâmica de exploração e dominação da ordem burguesa.

Assim como os conselhos operários (para o controle da produção) foram confrontados pelo capital que através do fordismo procurou destituir o trabalhador do controle e conhecimento do processo produtivo, as tentativas de construção de autonomia pelos movimentos latino-americanos de hoje devem entrar em confronto com as tendências neoliberais de privatização e des-responsabilização estatal em face do tratamento da “questão social”, que tornam a “autonomia” – horizonte fundamental para as classes subalternas de reapropriação das funções político-

¹⁰ Boletim El Pikete del MTD de Solano, ano 2, nº 7, agosto de 2002, *apud* Ferrara (2003, p. 49; *tradução e grifos nossos*).

¹¹ Periódico Detrás del Pikete, ano 1, nº 1, dezembro de 2002, *apud* Ferrara (2003, p. 125-126; *tradução e grifos nossos*).

¹² Evento com o MTD de Solano organizado pela Agrupação Universitária Mariátegui na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, Argentina (19/06/03; *tradução e grifos nossos*).

¹³ Integrantes do MTD Aníbal Verón (*in* www.lahaine.org, junho de 2003, *tradução e grifos nossos*).

públicas alienadas no Estado burguês – uma ideia mistificada orientada à defesa de interesses corporativos e privatistas, incapaz de questionar a concentração do poder e da propriedade privada¹⁴. Tanto os movimentos de desempregados quanto os trabalhadores das fábricas recuperadas enfrentaram um cenário de *disputa* para dar sentido histórico-crítico e de classe a ideias tais como “autonomia” e “autogestão”, frente a propostas que assinalavam a necessidade da construção de uma “economia solidária” como política social, de participação na reconstrução capitalista das fábricas falidas, de posições funcionais e subsidiárias às regressivas estratégias sociais de intervenção estatal, as quais afirmaram um claro componente de contrain-surgência na política social do período.

Nesse sentido, é importante observar a experiência zapatista que, com o fracasso dos Acordos de San Andrés, cria instituições de autogoverno local, produzindo um desafiante laboratório de exercício do “público” e de autoprodução da vida social (ameaçado pela presença militar permanente), a partir dos “Caracóis”¹⁵ que buscam tornar realidade essas demandas – partindo de uma pressão sobre o poder político e uma busca de soluções legais de compromisso, em direção a uma experiência de auto-organização. Observamos uma *tentativa de reapropriação da capacidade de autoprodução da vida social* a partir da tradição comunitária e organizativa indígena – mais próxima de experiências de duplo poder ou contrapoder.

De fato, a relação de confrontação/negociação que o movimento piquetero estabeleceu com o Estado esteve sempre sujeita a uma tensão que se debateu entre a oposição e a possibilidade da cooptação, configurando-se a disputa em torno do acesso aos programas de assistência ao desemprego. Assim, suas práticas desnudaram uma intervenção regressiva do Estado em face da “questão social”, não só porque instalaram um conflito difícil de equacionar apenas pela via da assistencialização do desemprego – seria necessário o Massacre de Avellaneda em junho de 2002 para amedrontar seu crescimento e dificultar sua universalização para outros setores –, mas também porque abriram a possibilidade de questionar a relação de subalternidade desses segmentos de classe para com o Estado.

A garantia da autonomia exigiria um revisitar permanente dessa relação para que ela nem se tornasse um isolamento incapaz de incidir na construção de outra institucionalidade (e reverter de fato essa relação de subalternidade), nem fosse funcionalizada nas suas estratégias de cooptação clientelistas. E em boa parte das experiências, os anos transcorridos mostrariam a triste realização de ambas possibilidades desses extremos. Esse seria o “nó” candente que os movimentos de desempregados transitarium nos próximos anos, aguçado pelo estreitamento das margens de negociação de direitos e conquistas sociais. Tal como afirma Mazzeo, “a articulação entre a negociação contratual e a obtenção de saldos de autonomia política foi (e é) um dos problemas centrais do movimento operário, e é, hoje, do movimento piquetero” (2004, p. 138; *tradução nossa*).

¹⁴ Nas palavras de Mazzeo: “assim, o autonomismo exasperado e superficial, muitas vezes, acaba coincidindo com as ONGs, o voluntariado social e outras formas que, por sua natureza, atentam contra a ‘autonomia substantiva’” (2005, p. 21; *tradução nossa*).

¹⁵ Municípios Autônomos em rebelião, assim denominados pelos zapatistas indígenas.

O que nos interessa salientar, sem desconhecer a limitação e as contradições que as “fugazes” experiências dos movimentos de desempregados enfrentaram no desafio da construção de autonomia das classes subalternas – seja no sentido da independência de classe, seja no da auto-organização –, é o processo pelo qual, junto com a crise político-econômica e a precarização/destruição das indispensáveis funções sociais e assistenciais do Estado em face da “questão social”, se debilitaram também as relações de mando/obediência, proliferando simultaneamente, nesse cenário, experiências de *auto-organização e ação direta* que reivindicaram um caráter autônomo – ainda que com diversos matizes, com ênfase na questão da autoprodução da vida social –, em países como Itália, Espanha, México, Brasil, Uruguai, Argentina, Bolívia e Equador. Porém, é necessário esclarecer, junto com Almeyra (2004), os enormes desafios que enfrentam as experiências de autogestão que reivindicam um horizonte socialista, isto é, o horizonte de uma sociedade de produtores livres associados.

Nesse sentido, ainda que reconheçamos que essa dimensão da autonomia nos projetos produtivos dos movimentos de desempregados *não* superaria o nível da administração da sobrevivência, com graves riscos de “asfixia” nos limites corporativos locais ou de falência pela dependência de instáveis programas sociais – “para conseguir a autonomia política há que se fazer política e generalizar as experiências, para obter autonomia em face do Estado há que construir funções estatais, políticas e culturais”, afirma esse autor (ALMEYRA, 2004, p. 66; *tradução nossa*), interessa-nos resgatar a importância de experiências que, ao lutar pelas necessidades econômicas e materiais de segmentos consideráveis das classes subalternas, ensaiaram tentativas de auto-organização que reatualizaram um histórico legado contestador da desapropriação que produz a sociedade burguesa, assumindo, inclusive, a difícil tarefa da *autoeducação* e da construção de vínculos de compromisso coletivo junto a setores com experiências de trabalho degradadas ou inexistentes. Questão delicada no caso dos jovens, onde a disputa se acirra frente aos projetos de “morte” oferecidos pela polícia, “caudilhos” ou traficantes de drogas ilícitas, como canais de destruição de qualquer potencial descontentamento de classe. Da mesma forma, as experiências de autoprodução do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) não são importantes porque produziriam uma suposta “economia alternativa” ao capital – numa interpretação mistificadora que desconhece a objetividade avassaladora do processo de valorização do capital –, e sim porque organizam segmentos de classe a partir da questão agrária, em um horizonte político e produtivo que se disputa na contramão dessa expropriação permanente.

Nessa direção, o MTD de La Matanza afirmava que, “se o sistema já não tinha interesse em gerenciar os trabalhadores ‘supérfluos’, então os trabalhadores desempregados teriam que se autogerenciar. Assim nasceu a autogestão como prática social”. Ou também: “eu comparo a cooperação com o controle operário, como o lugar onde nós praticaremos a coisa pública, a *administração da coisa pública*” (FLORES, 2005, p. 49 e 115, *tradução nossa*). Aqui, a construção de cooperativas como ferramentas de auto-organização dos movimentos sociais poderia assumir não só a tarefa de enfrentar as urgentes necessidades econômico-sociais, mas também a de ensaiar formas alternativas de trabalho e produção.

Talvez, um dos elementos mais importantes nas experiências que trazemos tenha sido o fato de que o desafio da auto-organização e da construção de vínculos de militância ativos seria também um mecanismo de enfrentamento do assistencialismo e das práticas subalternizantes dos partidos da ordem. A afirmação da “autonomia” que significaria a gestão dos programas sociais pelos desempregados se expressaria pela passagem de segmentos que constituíam “massa de manobra” dos “caudilhos” territoriais do PJ para as fileiras piqueteras. Assumindo a difícil tarefa da reconstrução da solidariedade de classe – desnudando sua versão mistificada nas práticas clientelistas – para além do chão da fábrica.

Cabe destacar que os MTDs seriam portadores, através das suas práticas e elaborações político-ideológicas, de uma aguçada crítica da regressiva intervenção do Estado em face da “questão social”, com particularidade dos programas de assistência ao desemprego. Ainda que tenha sido um grande “nó” o fato dessas tentativas dirigirem suas demandas principalmente ao Estado – correndo o risco de ficar vedada a intervenção no campo da economia e da produção e a própria confrontação com o capital – consideramos que não se constituíram como experiências que possam ser entendidas apenas pela sua demanda de programas e serviços sociais – sem subestimar seu importante papel de questionar a institucionalidade social existente, no sentido da reprodução da subalternidade. A força de suas ações de luta residiu no questionamento do lugar de “pobres” ou “desempregados passivos” que a sociedade burguesa contemporânea reserva para esses segmentos.

Mais do que isso, interessa-nos resgatar a importância daqueles movimentos que, para além das inúmeras dificuldades que enfrentaram com seus precários projetos produtivos, reivindicaram um debate que supunha a criação de experiências de trabalho na contramão das relações de exploração, distanciando-se de qualquer “ilusão” da possibilidade da reedição de um Estado de Bem-Estar nos marcos de um capitalismo “mais inclusivo” – até mesmo provocando um debate em torno das possibilidades de integração que o capitalismo periférico oferece, tal como sugere Mazzeo (2004, p. 27). Ainda que desde uma posição “supérflua” do ponto de vista da acumulação do capital (e extremamente precária em termos políticos), esses movimentos que não demandaram a “reabertura das fábricas” (exceto que fosse com controle operário) nem a criação de “trabalho genuíno”, expressariam uma luta das classes subalternas que burlou os implacáveis “desígnios” do capital. Em tempos de profunda regressão social e histórica, esses MTDs não levantaram bandeiras que regrediam ao compasso desse cenário; antes de demandas por “voltar a ser explorados” eles recolocaram a crítica anticapitalista do trabalho assalariado.

A grandeza – e a fragilidade – dessas lutas esteve também na sua capacidade de evidenciar os limites de uma identidade de esquerda que, no debate entre ser uma alternativa à voracidade capitalista ou uma continuação das suas “promessas inacabadas” por outros meios, inclinou-se por um *enfrentamento simétrico ao capital*, mais preocupado em reivindicar melhores condições de trabalho que em demonstrar as impossibilidades de sua correção. As aguçadas palavras de De Santos de que “a guerra sem quartel contra o sistema de produção capitalista tem muito mais de reclamo pelas promessas que não cumpriu, que de rejeição das premissas que fazem inevitáveis suas sequelas” (1998/99, p. 40; *tradução nossa*), explicam as dificuldades

desse horizonte para produzir lutas radicais no cenário contemporâneo. Por outro lado, as bandeiras de crítica desses MTDs ao trabalho capitalista (muito mais que ao desemprego) seriam difíceis de “enquadrar” no discurso moralizador do trabalho que a política social da era kirchnerista (2003-2007) buscava reeditar para canalizar as conflituosas lutas dos desempregados.

Entretanto, no debate histórico-político gerado a partir de diversas experiências revolucionárias, a dimensão da autonomia que remete à questão da auto-organização da vida social, nos lembra que ela não só diz respeito a uma forma de produção (como nos esforços de autogestão da Argélia, Iugoslávia, Polônia) e sim à superação do Estado burguês na construção de formas de governo não alienadas do conjunto social. Assim, a questão da autonomia nas diversas expressões do movimento social latino-americano não deveria ser compreendida necessariamente como abstencionismo eleitoral ou rejeição à organização de uma nova institucionalidade, já que *não existe autonomia sem uma base territorial organizada sobre uma institucionalidade contra-hegemônica* (ALMEYRA, 2004; MAZZEO, 2007). Daí que experiências como as das Juntas do Bom Governo zapatistas não sejam um “ponto de chegada”, e sim um ponto de partida que deva ser expandido em um movimento ofensivo de maior abrangência – não por acaso, a Outra Campanha motorizada pelos zapatistas em 2006 foi uma convocação às várias forças de esquerda não eleitoral, quando essa situação de contrapoder perigava pelo avanço das forças repressivas e militares. Tal como dizíamos anteriormente, as possibilidades de autoafirmação das classes subalternas estão profundamente relacionadas com a destruição dos mecanismos políticos e materiais que as negam, isto é, a movimentos ofensivos de multiplicação e universalização dessas experiências (MAZZEO, 2004, p. 70).

Ainda que reconheçamos a riqueza dos debates trazidos por experiências como as dos movimentos de desempregados, consideramos que o horizonte de criação de novas relações sociais não pode subestimar a questão do Estado e da propriedade privada, por serem estes fundamentos centrais na produção de uma vida social de exploração e alienação – com riscos de que as importantes tentativas dos movimentos contemporâneos de produção de uma nova sociabilidade não consigam transcender sua manifestação imediata ao não atacar os fundamentos da sociedade burguesa que a produzem. Na nossa compreensão, polarizações como autoafirmação/enfrentamento, ou construção de novas relações sociais/tomada do poder não colaboram no entendimento da riqueza e dos desafios que essas experiências têm pela frente¹⁶.

Como expressa Almeyra, “não há autonomia se não se generaliza a outros territórios, se não se acompanha com a autogestão, pois é impossível uma duradoura autonomia frente ao capital no capitalismo, ou uma autogestão dependente do mercado capitalista e do Estado” (2004, p. 186; *tradução nossa*). Antes de identificar a complexa questão da autogestão com experiências isoladas que enfrentam as

¹⁶ Nos referimos ao diálogo crítico com produções como as de Holloway (2002), Colectivo Situaciones (2002), Zibechi (2003).

necessidades de sobrevivência das massas trabalhadoras, propomos pensá-las como tentativas que reeditam *ensaios de autoadministração da “coisa pública”*, espaços de formação e criação de consciência, dispositivos de experimentação da autonomia, sendo central sua potencial contribuição na criação de organizações com uma intensa vida democrática para as classes subalternas, em um horizonte de construção e disputa contra-hegemônico.

Sintetizando, poderíamos considerar que nossos movimentos fazem parte de tentativas das classes subalternas de reedição de tradições “adormecidas” no movimento operário argentino; sua novidade não provém de um suposto caráter inédito de seus debates, e sim da sua capacidade de reatualizá-los através das lutas dos desempregados. Dizíamos que suas preocupações com a produção de *novas relações sociais* e com os processos de *construção de hegemonia social* – agregação de outros setores de classe, trabalho de consciência e de base, construção de um senso crítico em face do desemprego e da pobreza, potenciação de processos de auto-organização, vulnerabilização do vínculo representativo com as classes dominantes –, confluíram com a busca de perfis de militância e formas organizativas horizontais e flexíveis, democráticas e capazes de potenciar o coletivo. *Integrais* no sentido de expressarem uma síntese entre luta e organização cotidiana da vida, situando a disputa territorial como espaço de condensação e enfrentamento do antagonismo de classes.

Dentre outros aspectos, a significação político-social dos movimentos de desempregados se expressou na sua capacidade tanto de desnudar uma intervenção regressiva e antidemocrática do Estado em face da “questão social” – permitindo o exercício de direitos desde os processos de luta e organização coletiva que questionam as estreitas margens da cidadania burguesa –, quanto de desafiar os limites/dilemas das experiências históricas da esquerda argentina, prefigurando possíveis redimensionamentos na sua cultura política que ainda estão para acontecer. Para além das múltiplas dificuldades enfrentadas, desde os debates da autogestão até a utilização de métodos de luta renovados, os movimentos de desempregados, que se negaram a serem instrumentos de disciplinamento e domesticação da classe trabalhadora, expressaram tentativas das classes subalternas de reatualizar a experiência e *reconstrução da solidariedade de classe* através da recuperação da sua dimensão de *produtores*.

Considerações finais

Como um momento “fugaz” dessa experimentação inventiva, os desempregados irromperam na história argentina ensaiando uma experiência “episódica”, mas marcante. Deixaram sua marca de “fogo e dignidade” nas estradas de uma sociedade que – oh! “ironia” da história – outrora conhecera um padrão de emprego e proteção social superior à maioria dos seus irmãos países latino-americanos, e que foi historicamente caracterizada pela gravitação e presença das lutas trabalhistas na estruturação do conflito de classes. Lembremos das 13 greves gerais da difícil década de 1980, as nove greves gerais da década de 1990, assim como as oito greves gerais e três jornadas nacionais piqueteras que se produzem só no período 1999-2001.

É por essa razão que as lutas dos desempregados são recuperadas nestas páginas como *um momento de condensação*, como *uma tentativa de tramitação*, como *“episódios” que expressam uma profunda redefinição da identidade de luta das classes subalternas, nos marcos de uma mudança em processo da própria identidade operária*.

Pensar os desempregados como um momento dessa movimentação nos permitiu, para além da sua imediata presença temporal na cena política¹⁷, buscar algumas tramas do sentido histórico da sua atuação: ao trabalharmos com a chave thompsoniana – de que a classe é muito mais um processo histórico (de formação econômica e político-cultural) do que uma estrutura estática preestabelecida –, recuperamos essas lutas como *um momento (fugaz mas marcante) da reconfiguração das formas políticas do antagonismo de classes*. Daí sua potência em reeditar na memória das lutas para um “novo” quadro histórico, experiências históricas de agregação territorial das massas exploradas (costurando a experiência de classe para além do chão da fábrica); polêmicos debates político-organizativos, relativamente adormecidos na cultura política de esquerda – democracia e ação direta, autonomia e autogestão, inserção territorial e trabalho de base, vínculos de militância flexíveis e horizontalidade, tomada do poder e construção de poder popular –; ensaios de autorganização e politização das condições de vida e de trabalho das massas subalternas que desafiaram os regressivos parâmetros de intervenção social vigentes.

Seguindo as pistas das transformações materiais da luta de classes, os dados da pesquisa permitem dizer que a atuação dos movimentos analisados proporcionou também uma reatualização do antagonismo (e o confronto) de classe nas novas condições histórico-sociais. Isso porque desnudaram o desemprego como uma forma de existência do trabalho explorado – a existência dos que “sobram” não pode ser pensada como externa às relações sociais de exploração que essa sociedade produz; porque utilizaram o bloqueio (piquete) como um mecanismo de intervenção em algumas vias do circuito de valorização do capital (a circulação); porque expuseram publicamente as tentativas por outra territorialidade de classe (disputada nos bairros da periferia urbana); porque evidenciaram os fundamentos antagônicos que produzem a “questão social” e os traços de resistência presentes nas suas expressões – indissociável das metamorfoses do trabalho e dessas formas organizativas em mutação.

As lutas dos desempregados compõem aqui nos seus “traços episódicos” de iniciativa autônoma das classes subalternas – lidas nas suas contraditórias tentativas de construção de uma autonomia de classe, de uma autonomia das visões de mundo, da necessidade de estruturas político-organizativas próprias, do ponto de vista da sua habilidade na separação das classes dominantes e de unificação em torno de si – critérios metodológicos inspirados no pensamento de Gramsci para compreender a movimentação dos subalternos. Desde as primeiras aparições –

¹⁷ Desde o ano 2003 os movimentos de desempregados se encontram em refluxo, ainda que devamos resgatar a experiência da Frente Popular Dario Santillán como expressão de uma articulação política e territorial que aglutina desempregados na articulação com outros segmentos subalternos, inclusive no âmbito latino-americano.

retratadas nas rebeliões do “interior” de cidades como Cutral-Có e Plaza Huincul (Neuquén), Tartagal e General Mosconi (Salta) e Jujuy – até sua consolidação como um polifônico sujeito de dimensões nacionais em 2001. Mencionamos o bloqueio de estradas nacionais, o enfrentamento das forças repressivas, as iniciativas de ação direta e o uso da força, além das formas de organização em assembleia com lideranças rotativas, da articulação e solidariedade em diversas jornadas de luta. Os piqueteros desnudam o desemprego como uma expressão da “questão social” de difícil resolução, para a qual *inexistem* mecanismos progressivos permanentes de abordagem. Suas práticas de luta e organização marcaram nossa época, e não apenas por terem desnudado a dinâmica de exploração e os processos de insubordinação que produzem e reproduzem a “questão social” nas atuais condições sócio-históricas. As marcas de “fogo e dignidade” dos trabalhadores desempregados se animaram a ensaiar experiências inventivas de auto-organização da classe.

Referências Bibliográficas

- ALMEYRA, Guillermo. *La protesta social en la Argentina (1990-2004). Fábricas recuperadas, piquetes, cacerolazos, asambleas populares*. Buenos Aires: Continente, 2004.
- COLECTIVO SITUACIONES. *19 y 20. Apuntes para el nuevo protagonismo social*. Buenos Aires: Ediciones de Mano en Mano, 2002.
- COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréia (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DE SANTOS, B. La identidad de izquierda: una subversión pendiente. *Revista El Rodaballo*. Buenos Aires, año V, n. 9, verano de 1998-1999.
- DINERSTEIN, Ana. Recobrando la materialidad: el desempleo como espacio de subjetivación invisible y los piqueteros. *Revista Herramienta*. Buenos Aires, n. 22, otoño de 2003. Disponível em: www.herramienta.com.ar. Acesso em setembro de 2007.
- FERRARA, Francisco. *Más allá del corte de rutas. La lucha por una nueva subjetividad*. Buenos Aires: La Rosa blindada, 2003.
- FLORES, Toty (Org.). *De la culpa a la autogestión. Un recorrido del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza*. Buenos Aires: Continente, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 4. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Volume 5. Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Civilização Brasileira, 2002.
- _____. Democracia operária. In *Escritos Políticos*, volume 1 (1910-1920). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GUEVARA, Ernesto. El Hombre Nuevo. IN ZEA, Leopoldo (Org.) *Ideas em torno de Latinoamérica*. México: UNAM, 1986.
- HOLLOWAY, John. *Cambiar el mundo sin tomar el poder. El significado de la revolución hoy*. 2 ed. Buenos Aires: Herramienta, 2002.
- LOZANO, Claudio. Argentina una comunidad en riesgo. Infancia, adolescencia y juventud en mayo de 2002. Instituto de Estudios y Formación-CTA, Buenos Aires, 2002. Disponível em: <http://www.cta.org.ar> (acesso em: 6 junho 2003).
- MACEIRA, V. & SPALTENBERG, R. Uma aproximación al movimiento de desocupados em el marco de las transformaciones de la clase obrera argentina. *Revista OSAL - CLACSO*. Buenos Aires, n. 5, septiembre de 2001.
- MARRO, Katia. A rebelião dos que “sobram”: reflexões sobre a organização dos trabalhadores desempregados e os mecanismos sócio-assistenciais de contra-insurgência na Argentina contemporânea”. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFRJ, 2009, mimeo.
- MARX, Karl. *La guerra civil en Francia*. Moscú: Editorial Progreso, 1980.
- MAZZEO, Miguel. *Piqueteros. Notas para una tipología*. Buenos Aires: Manuel Suarez Editor, 2004.
- _____. *Que no hacer. Apuntes para una crítica de los regímenes emancipatorios*. Buenos Aires: Antropofagia, 2005.
- _____. *El sueño de una cosa (introducción al poder popular)*. Buenos Aires: El Colectivo, 2007.
- MÉSZÁROS, Itsván. *O século XXI. Socialismo ou barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MTD ANIBAL VERON. *Dario y Maxi, dignidad piquetera*. Buenos Aires, Ediciones 26 de junio, 2003.
- PACHECO, Mariano. *Del piquete al movimiento*. Disponível em: www.prensade frente.org Acesso em: 20 de fevereiro de 2008.

PERALTA RAMOS, Monica. Hacia un aggiornamento del capitalismo argentino. IN _____. *La economía política argentina: poder y clases sociales (1930-2006)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

SVAMPA, Maristela & PEREYRA, Sebastián. *Entre la ruta y el barrio. La experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos, 2003.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*. Volume 1. A árvore da liberdade. 4 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. *A formação da classe trabalhadora inglesa*. Volume 3. A força dos trabalhadores. 3 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Transcrição de Evento com o MTD de Solano organizado pela Agrupação Universitária Mariátegui na Faculdade de Filosofia e Letras da UBA, Argentina, 19-06-03.

VARELA, Laura. Piquetero, carajo, piqueteros! *Revista Chiapas*. México, n 14, 2002.

Disponível em: www.ezln.org-revistachiapas. Acesso em: 10 de outubro de 2007.

ZIBECHI, Raúl. *Genealogía de la revuelta*. La Plata: Letra Libre, 2003.

_____. *Dispersar el poder. Los movimientos como poderes no estatales*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

Recebido em 08 de março de 2010.

Aceito para publicação em 31 de maio de 2010.